

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2025 – SRP

O **MUNICÍPIO DE CÂNDIDO SALES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 13.857.123/0001-95, com sede junto à Prefeitura Municipal, localizada na Praça Moisés Félix dos Santos, 274, Centro, Cândido Sales/BA, através de sua Agente de Contratação, designada pelo Decreto nº 008/2025, torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, sistema registro de preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 256/2023 e demais condições estabelecidas neste Edital, tendo como objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**.

I - DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA:

DATA: 07/03/2025

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09:00hrs

II – DO LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:

A licitação será realizada eletronicamente, com sessão pública de disputa pelo portal:
<https://www.bll.org.br>.

III - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A indicação da dotação orçamentária é dispensada, conforme estabelece o Art. 17 do Decreto nº 11.462/23: *"A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários será exigida apenas para a formalização do contrato ou outro instrumento equivalente"*.

O procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, visa à formação de Registro de Preços para contratações futuras e eventuais, conforme descrito no Termo de Referência e demais anexos.

As solicitações dos itens contratados serão realizadas mediante ordens de fornecimento emitidas pelos órgãos requisitantes, observando a disponibilidade financeira e orçamentária e os quantitativos registrados na ata. É importante destacar que o Registro de Preços não obriga a Administração a

contratar a totalidade registrada, mas garante a aplicação dos preços registrados durante sua vigência, em conformidade com a legislação.

1. DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, bem como as demais normas que regem a sua atividade (art. 5º, inciso XIII, 170, Constituição Federal) e apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto ao sistema eletrônico de licitações adotado.

2.2. Não poderão disputar esta licitação pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem, dentre outras:

- a) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
- c) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- e) Empresas consorciadas, uma vez que o consórcio cerceia a concorrência que poderia existir entre as empresas que o formam;
- f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão

de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

g) Empresas com falência decretada;

h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

i) Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

j) Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego

2.3. Microempresas e empresas de pequeno porte poderão usufruir dos benefícios previstos nos Arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06, desde que, no ano-calendário da licitação, não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados excedam o limite de receita bruta permitido para enquadramento como empresa de pequeno porte. O licitante deverá apresentar declaração atestando o cumprimento desse limite.

3. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer interessado poderá apresentar impugnação ao Edital até 03 (três) dias úteis antes da data prevista para a abertura das propostas, conforme o Art. 164 da Lei 14.133/21. As impugnações devem ser formalizadas e enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço indicado neste Edital: <https://www.bll.org.br>.

3.1.1. Impugnações apresentadas fora do prazo ou que não sejam devidamente fundamentadas, não serão conhecidas.

3.2. As respostas às impugnações serão divulgadas no portal oficial do certame no prazo de até 01 (um) dia útil antes da data de abertura do certame, vinculando todos os participantes.

3.3. As impugnações não suspendem o andamento da licitação, salvo em situação excepcional, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação.

3.4. Caso uma impugnação seja acolhida, uma nova data para o certame será definida e publicada.

3.5. O pedido de esclarecimento referente a esta licitação será encaminhado ao Agente de Contratação e a Comissão de Contratação em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, quando os interessados poderão formular consultas em campo próprio do sistema provedor.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

4.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL – Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.6. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado.

4.7. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

4.8. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.9. O **MUNICÍPIO DE CÂNDIDO SALES** está isento de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema www.bll.org.br, ficando a cargo do(a) licitante vencedor(a) do certame os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema, nos percentuais compatíveis com o objeto licitado neste edital de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes (Licitante/BLL – Bolsa de Licitações e Leilões) referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação.

4.10. O licitante deve comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1. A proposta com o valor dos itens e demais informações conforme ANEXO II, além de seus eventuais anexos, deverão ser inseridas em campo próprio, no sistema eletrônico, até a data e horário designados no preâmbulo.

5.1.1. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com até duas casas decimais (0,00);

5.1.2. O objeto deverá estar totalmente e estritamente dentro das especificações contidas neste edital.

5.1.3. A proposta deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

5.1.4. A proposta deverá conter indicação/especificação equipamento e marca quando assim for pertinente.

5.1.5. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

5.1.6. As propostas devem compreender a integralidade dos custos para o fornecimento dos itens licitados.

5.1.7. A proposta e seus anexos devem ser elaborados com data e local de sua realização, e conter a assinatura dos responsáveis.

5.1.8. Não será admitido a subcontratação.

5.2. O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.3. A Proposta deverá ter prazo de validade de no mínimo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.

5.3.1. Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na proposta comercial, ele será considerado como aceito para efeito de julgamento.

5.3.2. Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

5.3.3. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada a prorrogação de sua validade a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse deste Município.

5.3.4. A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.

5.4. A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

5.5. Junto à proposta, sem prejuízo da exigência de outra documentação por parte do termo de referência, o licitante enviará declaração de que atende aos requisitos para a habilitação e de que a sua proposta está em conformidade com as exigências do edital de licitação, compreendendo a integralidade dos custos para o fornecimento dos itens licitados.

5.5.1. Havendo campo próprio, a declaração pode ser preenchida diretamente na própria plataforma utilizada para a licitação.

5.5.2. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital e na Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. Junto à proposta e à declaração acima, os licitantes enquadráveis como microempresas ou empresas de pequeno porte que quiserem se valer dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 previstos neste edital deverão enviar declaração quanto a esta condição destacando que, neste ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebraram contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, sendo este limite observado também na presente licitação.

5.6.1. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital e na Lei nº 14.133, de 2021.

6. PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTO DA SESSÃO DO PREGÃO

6.1. O acesso ao sistema e encaminhamento da proposta e seus eventuais anexos devem ser feitos pelos licitantes na página inicial do site <https://bll.org.br/>, opção “Acesso ao Usuário”.

6.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da etapa de lances, exclusivamente pelo meio eletrônico, observado o horário de duração e as regras estabelecidas neste edital, vedada a identificação do titular do lance.

6.2.1. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.2.2. Alegações posteriores não serão aceitas, caso o licitante não efetue lances.

6.2.3. A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado pelo sistema sobre seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2.4. Durante o transcurso da etapa de lances abertos, será informado, em tempo real, o valor do menor lance de cada licitante registrado pelo sistema, vedada a identificação da titularidade do lance.

6.2.5. O licitante somente poderá oferecer valor inferior à proposta ou ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, mas não haverá intervalo mínimo na diferença de valores entre os lances ofertados por licitantes diferentes.

6.2.6. Permanecerá válida a proposta comercial encaminhada pelo sistema na hipótese de o licitante não encaminhar lances, sendo considerada para a classificação final.

6.2.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.3. O agente de contratação poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.3.1. Eventual exclusão de proposta do licitante, nos termos acima, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

6.4. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o ABERTO – FECHADO, os licitantes apresentam lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

6.4.1. A etapa de lance tem duração mínima de 15 (quinze) minutos (fixo). Decorrido esse período, o sistema acusará mensagem de fechamento. Após, é iniciado o período aleatório, que pode durar até 10 (dez) minutos. Encerrado esse período, também se encerra a fase dos lances abertos.

6.4.2. Na sequência, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% (dez por cento) superior

àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.4.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas até 10% superiores, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

6.4.4. Encerrada a etapa fechada, os lances serão ordenados e divulgados em ordem crescente, sendo também disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes.

6.5. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5.1. Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para Administração promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.6. Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06.

6.6.1. Ocorrendo o empate, a ME ou a EPP mais bem classificada será convocada, para no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

6.6.2. Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.

6.6.3. Se a ME ou EPP mais bem classificada não exercer o seu direito de preferência, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no item 7.12, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.

6.6.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, o sistema realizará sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar novo lance.

6.6.5. Não havendo ME ou EPP, em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação da etapa de lances.

6.7. Em caso de empate serão aplicados os critérios estabelecidos no art. 60 da lei 14.133/21

6.8. Os licitantes, a qualquer momento, poderão registrar seus questionamentos para o Pregoeiro via Sistema, por meio do “chat”. Todas as mensagens constarão do histórico da “Ata de Sessão do Pregão”.

6.8.1. Os questionamentos formulados pelos licitantes serão respondidos no link “Enviar Mensagens”.

6.8.2. Problemas na operação do sistema deverão ser comunicados pelos licitantes imediatamente e diretamente ao provedor: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL.

7. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada, sendo permitido que o agente de contratação sane erros ou falhas que não alterem a substância e a validade jurídica das propostas, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

7.1.1. O agente de contratação solicitará ao licitante da oferta melhor classificada o novo envio da proposta e de sua eventual documentação complementar, juntamente com a planilha de composição de preços, exigida pelo Termo de Referência, adaptada ao último lance ofertado, no **prazo de 2 (duas) horas**.

7.1.2. O prazo concedido pode ser prorrogado por igual período mediante solicitação com justificativa aceita pelo agente de contratação ou, de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.3. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.3.1. A inexequibilidade a partir deste indício só será considerada após diligência do agente de contratação que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.3.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências quanto à confirmação da exequibilidade da proposta, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.4. Será considerado vício insanável a participação de empresa credenciada no sistema da plataforma BLL na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte na plataforma sem o envio da declaração do item 5.6.

7.5. Será desclassificada a empresa quando não enviar a declaração do item 5.5 ou quando a enviar sem expressamente dizer que a proposta compreende a integralidade dos custos para o fornecimento dos itens licitados.

7.6. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

7.6.1. Esta negociação pode ser feita também durante a verificação da conformidade da proposta mais bem classificada, antes de se desclassificar seu detentor exclusivamente em função de seu preço estar acima do máximo definido para a contratação.

7.6.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.6.3. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes

7.6.4. Havendo necessidade em função do resultado da negociação, o agente de contratação solicitará o novo envio da proposta e de sua eventual documentação complementar exigida pelo termo de referência, adaptadas às novas condições vantajosas negociadas, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período mediante solicitação com justificativa aceita pelo agente de contratação

ou, de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

7.6.5. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

7.7. Imediatamente após registrado o resultado do julgamento, será concedido na sessão pública prazo de **10 (dez) minutos** para que qualquer licitante manifeste sua intenção de recorrer quanto julgamento das propostas no posterior momento oportuno, sob pena de preclusão.

8. HABILITAÇÃO

8.1. Aprovada a proposta no julgamento, o agente de contratação solicitará do detentor da proposta aprovada a apresentação dos documentos de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**.

8.1.1. Os documentos particulares apresentados devem ser escritos com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis.

8.2. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** se dá mediante a juntada de documentação que demonstre a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, consistindo em:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- d) Em caso de cooperativas: Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova dos responsáveis legais; Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver; Ata de Fundação; Estatuto Social com a ata da assembleia que o aprovou; Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou; e Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
- e) Documentos pessoais dos sócios.

8.2.1. Se o poder de representação do signatário da proposta não decorrer de previsão expressa do próprio ato constitutivo, é necessária a juntada de procuração, pública ou particular, com expressa previsão de poderes especiais para a prática dos atos extras administrativos necessários para a contratação com ente público.

8.3. A **HABILITAÇÃO TÉCNICA** se dá mediante atestados que demonstrem, quanto às parcelas do objeto desta licitação de maior relevância, uma capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, através da apresentação de:

a) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do licitante, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter o licitante fornecido o serviço, em condições pertinentes e compatíveis ao objeto da Licitação. O atestado deverá conter pelo menos: prazo contratual com data de início e término, local da prestação dos serviços; natureza da prestação dos serviços; identificação da pessoa jurídica emitente.

8.4. As **HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) Prova de inscrição do licitante no Cadastro Nacional de pessoa jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame;
- c) Alvará de Funcionamento expedido pela Prefeitura da sede da Licitante;
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN no 1.751, de 02/10/2014.
- e) Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, ambas do domicílio ou sede do licitante.
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, conforme exigência da Lei nº. 12.440, de 7 de Julho de 2011.

8.5. A **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** será restrita à apresentação de:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. O Balanço e demonstrações contábeis deverão ser acompanhado da Certidão de Regularidade Profissional, no prazo de validade.
- b) As licitantes que iniciaram suas atividades no presente exercício deverão apresentar, também o Balanço de Abertura, na forma da Lei.
- c) A comprovação de boa situação financeira será aferida pela observância, dos índices apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, em papel timbrado da licitante, devidamente assinado pelo Contador ou Contabilista, com firma reconhecida, acompanhado da Certidão de Regularidade Profissional, no prazo de validade. É obrigatório também a assinatura, com firma reconhecida, do Representante Legal da Entidade. Se necessária a atualização do balanço, deverá ser apresentado juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

ILG - Índice de Liquidez Geral, calculado segundo a relação:

AC + RLP

$ILG = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}} \geq 1,00$ (maior igual a um virgula zero)

PC + ELP

ILC - Índice de Liquidez Corrente, calculado segundo a relação:

AC

$ILC = \frac{AC}{PC} \geq 1,00$ (maior igual a um virgula zero)

PC

GEG – Grau de Endividamento, calculado segundo a relação:

PC + ELP

$GEG = \frac{PC + ELP}{AT} \leq 1,00$ (menor igual a um virgula zero)

AT

LEGENDA	
ILG = Índice de liquidez Geral	RLP = Realizável em Longo
ILC = Índice de liquidez	ELP = Exigível em Longo Prazo
GEG = Grau de Endividamento	PC = Passivo Circulante
AT = Ativo Total	

d) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

e) A licitante enquadrada como microempresa e empresa de pequeno porte, que tiver seu regime de tributação pelo Simples Nacional, deverá apresentar, em substituição ao Balanço, os 3 últimos extratos do Simples Nacional.

8.6. DECLARAÇÕES:

a) Declaração de que cumpre o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

b) Declaração de Inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração;

c) Declaração de Não Parentesco: que não existe em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 14, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021;

d) Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, dando ciência que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

e) Declaração de concordância e aceitação das condições gerais;

- g)** Declaração de Microempresa e ou Empresa de Pequeno Porte.
- h)** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- i)** Declaração de que sua proposta econômica abrange todos os custos necessários ao fornecimento dos itens licitados.

8.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo, em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.7.1. O agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.7.2. Havendo dúvida sobre a autenticidade da documentação apresentada, pode o agente de contratação exigir reconhecimento de firma, apresentação do documento original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

8.7.3. A apresentação da documentação original, quando solicitada, será enviada ao aos cuidados do Departamento de Licitações no prazo máximo de três dias úteis, no endereço na Praça Moisés Félix dos Santos, nº 274, Centro, CEP: 45.157-000, na cidade de Cândido Sales/BA, mediante envelope lacrado indicando o nome e o número do cadastro de contribuinte federal do licitante, além do número e ano do processo licitatório.

8.7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências quanto à complementação de informações ou atualização de documentos na forma acima prevista, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.8. A habilitação ou inabilitação será registrada em ata.

8.8.1. Imediatamente após o registro, será concedido na sessão pública prazo de **10 (dez) minutos** para que qualquer licitante manifeste sua intenção de recorrer quanto ao ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão.

8.8.2. Inabilitado o detentor da proposta até então aprovada, o agente de contratação passará a examinar a conformidade da proposta subsequente, na ordem de classificação.

9. ENCERRAMENTO

9.1. Habilitado o detentor da proposta aprovada, o agente de contratação lavrará a ata da sessão, contendo registro de todas as ocorrências relevantes.

9.1.1. Da lavratura da ata da sessão, fica o licitante que havia manifestado intenção de recorrer, se houver, intimado para apresentar as razões do recurso via sistema, no prazo de três dias úteis.

9.1.2. Havendo apresentação das razões de recurso, sua interposição será divulgada para que os demais licitantes apresentem as contrarrazões no mesmo prazo.

9.1.3. Será assegurado aos licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.1.4 O recurso será dirigido ao agente de contratação, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo **de 3 (três) dias úteis**, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

9.1.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados

9.2. Não havendo recurso, fica a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.2.1. Não sendo o caso de saneamento de irregularidades, revogação ou anulação, a licitação será homologada.

10. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Após a homologação da licitação, serão registrados no contrato os preços e os quantitativos do adjudicatário, respeitada a ordem de classificação.

10.2. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da homologação para assinar o contrato e encaminhá-la ao Departamento de Licitações preferencialmente por meio do e-mail licitacaopmcs21@gmail.com, sob pena de decair o direito de ter o preço registrado, sem prejuízo das sanções previstas.

10.2.1. O contrato poderá ser assinado por meio de assinatura digital.

10.2.2. O prazo de 05 (cinco) dias úteis poderá ser prorrogado desde que: (a) seja encaminhado requerimento, pela adjudicatária e antes do término daquele prazo, pelos mesmos meios descritos no item anterior, instruído com documentos, se o caso, e com as devidas justificativas; (b) Haja a concordância e autorização da Administração Municipal.

10.2.3. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte eventualmente declarada vencedora, o prazo para a assinatura da ata servirá também para regularização da habilitação fiscal e trabalhista, e a não-regularização da documentação, no prazo acima previsto, também implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais previstas.

10.2.4. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas ou, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte, não apresentar a regularização da habilitação fiscal e trabalhista, serão convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado. (artigo 90, §2.º da Lei Federal n.º 14.133/21).

10.2.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nas condições em questão, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar a ata nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10.2.6. Serão exigidos dos licitantes remanescentes eventualmente convocados os requisitos de habilitação da licitação.

10.3. O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência do contrato.

10.3.1. O prazo de vigência da contratação será até 31/12/2025, iniciando a partir da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, prorrogável nos termos dos artigos 106 e 107 de referida Lei, por se tratarem de serviços contínuos.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5. Fraudar a licitação;

11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 Advertência;

11.2.2 Multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis ou no prazo estipulado pela Divisão de Tributação do Município, a conta da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens **11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3**, a multa será de 05,% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens **11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.4.3 Fica estabelecida multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços/Contrato licitados quando o Fornecedor(a)/Contratado(a) infringir ou deixar de cumprir quaisquer das Cláusulas Contratuais ou editalícias.

11.4.4. O atraso injustificado na execução da Ata de Registro de Preços/Contrato sujeitará o contratado à multa diária de mora, na fração de 1% sobre o valor a ser executado.

11.4.5. Quando a multa de mora chegar a 10% ou mais sobre o valor a ser executado, em função dos dias de atraso, será convertida na multa compensatória do artigo 156, II.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03(três) anos).

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8**, e, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **11.1.1, 11.1.2, 11.1.3**, e, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por Comissão composta por 02(dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Dos contratos originados, as atividades de gestão e de fiscalização, previstas no artigo 117 da Lei 14.133 e nos artigos 21 a 23 do Decreto 5.228/2023, serão realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, naquilo que cabível, conforme o modelo de gestão do contrato previsto no termo de referência.

12.1.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada por:

Gestores do Contrato: Hélio Fortunato Pereira – Secretário de Administração, Jouanna Mourena Santos Lima – Secretária de Saúde e Leide Cleia Lopes Ferraz de Oliveira – Secretária de Desenvolvimento Social

Fiscal do Contrato: Waldemir Silva Martins – Diretor da Central de Compras

12.2. Os gestores e fiscais designados, ficarão responsáveis pelas funções de gestão e fiscalização das contratações realizadas pelos respectivos órgãos que os designaram.

13. ENTREGA DO OBJETO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. Os prazos e métodos envolvendo o procedimento interno do recebimento do objeto são os definidos no termo de referência, e o recebimento definitivo será feito mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências envolvendo o objeto.

13.1.2. Os fiscais do contrato ficarão a cargo do recebimento provisório, e os gestores do contrato ficarão a cargo do recebimento definitivo.

13.1.3. Havendo necessidade de substituição ou complementação do objeto entregue, a Administração notificará o contratado para regularizar o fornecimento no prazo de 24 horas, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso já em atraso.

13.1.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13.2. O pagamento seguirá o preço adjudicado e será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal eletrônica emitida em função da execução do objeto (fornecimento),

conforme solicitado, respeitada a disponibilização financeira e a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, observada a categoria do contrato conforme o artigo 141 da Lei 14.133.

13.2.1. Havendo irregularidades, a nota fiscal será devolvida para correções, e o prazo para pagamento é reiniciado a partir da nova entrega, regularizada.

13.2.2. Havendo parte incontroversa não afetada por qualquer irregularidade, o pagamento que lhe diz respeito deve ser liberado dentro do prazo inicial.

13.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em janeiro de 2025.

13.4. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.4.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.4.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.4.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.4.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.5. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA/IBGE** de correção monetária.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Cândido Sales/BA.

15. DOS ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I – Termo de Referência.

ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial.

ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Cândido Sales/BA, 19 de fevereiro de 2025

AIDE SANTOS NUNES

GERENTE DO SETOR DE LICITAÇÕES

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de material de construção para atender as necessidades das Secretarias Municipais.

1.2. NATUREZA DO OBJETO:

Os bens a serem licitados têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.3. QUANTITATIVOS:

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT
1	Porta de alumínio 2.10 x 80 (veneziana)	UND	30
2	Porta de alumínio 2.10 x 80 (com postigo)	UND	30
3	Janela de alumínio 80 x 80	UND	30
4	Janela de alumínio 1.00 x 1.00	UND	30
5	Janela de alumínio 1.00 x 80	UND	30
6	Janela de alumínio 1.00 x 1.50	UND	30
7	Basculante de alumínio 40 x 40	UND	30
8	Basculante de alumínio 50 X 50	UND	30

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT
1	Caixa d'água de polietileno 500 lt	UND	100
2	Caixa d'água de polietileno 1000 lt	UND	50
3	Caixa d'água de polietileno 2000 lt	UND	20
0	Caixa d'água de polietileno 5000 lt	UND	10
5	Caixa d'água de polietileno 10000 lt	UND	10
6	Adaptador soldável p/caixa d'água 20MM X 1/2	UND	100
7	Adaptador soldável p/caixa d'água 25mm X 3/4	UND	100
8	Adaptador soldável p/caixa d'água 50mm X 1.1/2	UND	100
9	Tambor Azul 200L	UND.	100
10	Boia p/ caixa d'água de ½	UND	100

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT
1	Adesivos pvc para tubos e conexões 17 g	UND	300
2	Adesivos pvc para tubos e conexões 75 g	UND	300
3	Adesivos pvc para tubos e conexões 175 g	UND	300
4	Bucha redução 50 x 40 esgotos	UND	300
5	Bomba submersa 350w 3/4	UND	25
6	Bomba periférica ½ cv 220 w	UND	25
7	Bomba periférica 1 cv 220 w	UND	25
8	Braço p/chuveiro pvc 30cm	UND	100
9	Ralo Sanfonado 100x100x50	UND	200
10	Caixa sanfonada 100x100x50	UND	300
11	Cap esgoto 40mm	UND	400
12	Cap esgoto 50mm	UND	400
13	Cap esgoto 75mm	UND	400
14	Cap esgoto 100mm	UND	400
15	Cap esgoto 150mm	UND	400
16	Cap esgoto 200mm	UND	50
17	Curva esgoto 40mm longa	UND	200
18	Curva esgoto 50mm longa	UND	200
19	Curva esgoto 75mm longa	UND	200
20	Curva esgoto 100mm longa	UND	200
21	Cola de contato 200g	UND	200
22	Cola de contato 750g	UND	100
24	Chuveiro frio sem registro nº06	UND	100
25	Chuveiro frio sem registro nº08	UND	100
26	Fita veda rosca 18x25mm	UND	300
27	Fita veda rosca 12x5mm	UND	300
28	Joelho esgoto 90° 40mm	UND	400
29	Joelho esgoto 90° 50mm	UND	400
30	Joelho esgoto 90° 75mm	UND	400
31	Joelho esgoto 90° 100mm	UND	400
32	Joelho esgoto 90° 150mm	UND	150
33	Joelho esgoto 90° 200mm	UND	50
34	Joelho esgoto 45° 40mm	UND	300
35	Joelho esgoto 45° 50mm	UND	300
36	Joelho esgoto 45° 75mm	UND	300
37	Joelho esgoto 45° 100mm	UND	300
38	Joelho esgoto 45° 150mm	UND	300
39	Joelho esgoto 45° 200mm	UND	50
40	Luva esgoto 40mm	UND	300
41	Luva esgoto 50mm	UND	300
42	Luva esgoto 75mm	UND	300
43	Luva esgoto 100mm	UND	300
44	Luva esgoto 150mm	UND	100
45	Luva esgoto 200mm	UND	100

46	Luva esgoto de correr 100mm	UND	300
47	Silicone uso geral 50g	UND	150
48	Silicone uso geral 280g	UND	200
49	Tê esgoto 40mm	UND	300
50	Tê esgoto 50mm	UND	300
51	Tê esgoto 75mm	UND	200
52	Tê esgoto 100mm	UND	400
53	Tê esgoto 150mm	UND	200
54	Tê esgoto 200mm	UND	50
55	Tê esgoto 100x50mm	UND	300
56	Tê esgoto 100x75mm	UND	300
57	Tê esgoto 150x100mm	UND	200
58	Tubo esgoto 40mm	BARRA	300
59	Tubo esgoto 50mm	BARRA	300
60	Tubo esgoto 75mm	BARRA	300
61	Tubo esgoto 100mm	BARRA	2000
62	Tubo esgoto 150mm	BARRA	400
63	Tubo esgoto 200mm	BARRA	200

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT
1	Espude p/ vaso	UND	300
2	Tubo de descida p/descarga comum pvc	UND	100
3	Tubo de ligação p/vaso sanitário pvc	UND	100
4	Anel de vedação p/ vaso sanitário	UND	200
5	Assento sanitário comum	UND	400
6	Assento sanitário almofadado	UND	200
7	Caixa de descarga em louça acoplada	UND	100
8	Caixa de descarga tipo sobrepor plástico 9 l	UND	400
9	Bacia em louça convencional	UND	200
10	Conjunto acoplado 2 pçs	UND	200
11	Lavatório em louça p/banheiro	UND	100
12	Coluna p/ lavatório em louça	UND	100

ITEM	PRODUTO	UNID.	QNTD.
1	Adaptador curto 20mm X 1/2	UND	300
2	Adaptador curto 25mm X 3/4	UND	300
3	Adaptador curto 50mm X 1.1/2	UND	300
4	Tubo soldável 20mm	BARRA	500
5	Tubo soldável 25mm	BARRA	500
6	Tubo soldável 50mm	BARRA	500
7	Tê soldável 20mm	UND	400
8	Tê soldável 25mm	UND	400
9	Tê soldável 50mm	UND	400
10	Tê soldável com rosca 20mm x ½	UND	400
11	Tê soldável com rosca 25mm x ½	UND	400

12	Tê azul rosca de metal 25mm x ½	UND	400
13	Tê azul rosca de metal 20mm x ½	UND	400
14	Joelho soldável 45° 20mm	UND	300
15	Joelho soldável 45° 25mm	UND	300
16	Joelho soldável 45° 50mm	UND	300
17	Joelho soldável 90° 20mm	UND	400
18	Joelho soldável 90° 25mm	UND	400
19	Joelho soldável 90° 50mm	UND	400
20	Luva azul soldável 20mm x ½	UND	300
21	Luva azul soldável 25mm x ½	UND	300
22	Luva soldável de correr 20mm	UND	300
23	Luva soldável de correr 25mm	UND	300
24	Luva soldável de correr 50mm	UND	300
25	Luva soldável 20mm	UND	300
26	Luva soldável 25mm	UND	300
27	Luva soldável 50mm	UND	300
28	Luva soldável com rosca 20mm x ½	UND	300
29	Luva soldável com rosca 25mm x ½	UND	300
30	Curva soldável 20mm longa	UND	200
31	Curva soldável 25mm longa	UND	200
32	Curva soldável 50mm longa	UND	200
33	Registro de esfera pvc 20mm	UND	300
34	Registro de esfera pvc 25mm	UND	300
35	Registro de esfera pvc 50mm	UND	300
36	Registro de pressão soldável pvc 20mm	UND	300
37	Registro de pressão soldável pvc 25mm	UND	300
38	Registro de pressão ¾ c-40 inox	UND	200
39	Registro de gaveta ¾ c-40 inox	UND	200
40	Registro de gaveta 1.1/2 c-40 inox	UND	100
41	Níple com rosca de ½	UND	300
42	Níple com rosca de ¾	UND	300
43	Níple com rosca de 1.1/4	UND	300
44	Joelho soldável com rosca 90° 20mm x ½	UND	300
45	Joelho soldável com rosca 90° 25mm x ½	UND	300
46	Joelho azul bucha de latão 90° 20mm x ½	UND	300
47	Joelho azul bucha de latão 90° 25mm x ½	UND	300
48	Cap soldável 20mm	UND	400
49	Cap soldável 25mm	UND	400
50	Cap soldável 50mm	UND	400
51	Bucha de redução 25x20 soldável curta	UND	300
52	Bucha de redução 50x25 soldável longa	UND	300
53	Plugue pvc de ½	UND	300

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT
1	Cabo flexível 1.5 mm	MT	5000
2	Cabo flexível 2.5 mm	MT	15000
3	Cabo flexível 4.0 mm	MT	5000
4	Cabo flexível 6.0 mm	MT	7000
5	Cabo flexível 10 mm	MT	2000
6	Cabo flexível 16 mm	MT	2000
7	Cabo rígido 16 mm	MT	2000
8	Cabo pp flexível 2/2.5 mm	MT	5000
9	Cabo alumínio 3 vias 16 mm	MT	5000
10	Cabo alumínio 3 vias 10 mm	MT	5000
11	Fio flexível 2/1.5 mm	MT	10000
12	Fio flexível 2/2.5 mm	MT	10000
13	Canaleta externa 20x10 mm	UND	300
14	Canaleta externa 30x30 mm	UND	400
15	Canaleta externa 40x16 mm	UND	200
16	Curva eletroduto ¾ 90º	UND	200
17	Curva eletroduto ¾ 180º	UND	200
18	Curva eletroduto 1.1/2 90º	UND	200
19	Curva eletroduto 1.1/2 180º	UND	200
20	Curva eletroduto 1.1/4 90º	UND	200
21	Curva eletroduto 1.1/4 180º	UND	200
22	Eletroduto pvc de 25mm na cor preta c/3 metros	UND	200
23	Eletroduto pvc de 1.1/2mm na cor preta c/3 metros	UND	200
24	Eletroduto pvc de 1.1/4mm na cor preta c/3 metros	UND	200
25	Placa cega 4x2	UND	300
26	Placa cega 4x4	UND	300
27	Interruptor de embutir 01 tecla simples	UND	500
28	Interruptor de embutir 02 teclas simples	UND	300
29	Interruptor de embutir 03 teclas simples	UND	300
30	Interruptor de embutir 01 tecla paralela	UND	200
31	Tomada simples 10A	UND	500
32	Tomada dupla 10A	UND	300
33	Tomada tripla 10A	UND	100
34	Tomada sobrepor simples 10A	UND	300
35	Tomada sobrepor simples 20A	UND	100
36	Tomada sobrepor dupla	UND	200
37	Interruptor com uma tecla e uma tomada	UND	300
38	Interruptor com duas teclas e uma tomada	UND	200
39	Luva eletroduto ¾	UND	400
40	Luva eletroduto 32mm	UND	200
41	Luva eletroduto 1.1/2	UND	200
42	Luva eletroduto 1.1/4	UND	200
43	Luva pressão ¾	UND	500

44	Luva pressão 32mm	UND	200
49	Caixa de passagem 20CM	UND	200
50	Caixa de passagem 15CM	UND	200
51	Disjuntor unipolar 10A	UND	300
52	Disjuntor unipolar 16A	UND	300
53	Disjuntor unipolar 20A	UND	300
54	Disjuntor unipolar 25A	UND	300
55	Disjuntor unipolar 32A	UND	300
56	Disjuntor unipolar 40A	UND	300
57	Disjuntor unipolar 63A	UND	100
58	Disjuntor bipolar 10A	UND	100
59	Disjuntor bipolar 16A	UND	100
60	Disjuntor bipolar 20A	UND	100
61	Disjuntor bipolar 32A	UND	100
62	Disjuntor bipolar 40A	UND	100
63	Disjuntor bipolar 50A	UND	100
64	Disjuntor tripolar 25A	UND	100
65	Disjuntor tripolar 32A	UND	100
66	Disjuntor tripolar 40A	UND	100
67	Disjuntor tripolar 50A	UND	100
68	Disjuntor tripolar 63A	UND	100
69	Disjuntor tripolar 70A	UND	100
70	Lâmpada led 65w	UND	2500
71	Lâmpada led 9w	UND	300
72	Lâmpada led 12w	UND	300
73	Lâmpada led 15w	UND	500
74	Lâmpada led 20w	UND	500
75	Lâmpada led 30w	UND	500
76	Lâmpada led 40w	UND	500
77	Lâmpada led 50w	UND	500
78	Pino fêmea 10A	UND	500
79	Pino fêmea 20A	UND	200
80	Pino macho 10A	UND	500
81	Pino macho 20A	UND	200
82	Plugue bipolar 3 saídas	UND	200
83	Sensor de presença	UND	200
84	Quadro distribuição 1disjuntor	UND	100
85	Quadro distribuição 03/04 disjuntor	UND	100
86	Quadro distribuição 06/08 disjuntor	UND	100
87	Quadro distribuição 10/12 disjuntor	UND	100
88	Quadro distribuição 12/14 disjuntor	UND	100
89	Quadro distribuição 16/18 disjuntor	UND	100
90	Quadro distribuição 18/24 disjuntor	UND	50
91	Tê energia	UND	200

92	Caixa padrão monofásico	UND	100
93	Caixa padrão trifásico	UND	50
94	Haste aterramento	UND	100
95	Conector de aterramento	UND	100
96	Bucha de padrão ¾ (par)	PAR	300
97	Bucha de padrão 1.1/2(par)	PAR	300
98	Bucha de padrão 1.1/4(par)	PAR	300
99	Raque para padrão	UND	300
100	Roldana para padrão	UND	300
101	Conector para chuveiro	UND	300
102	Soquete de porcelana E27	UND	500
103	Soquete p/lâmpada E27	UND	500
104	Plafon c/ soquete E27	UND	1000
105	Soquete p/lâmpada E40	UND	200
106	Caixa de luz 4x2	UND	1000
107	Caixa de luz 4x4	UND	500
108	Caixa de luz octogonal	UND	500
109	Ducha c/ braço 220W	UND	100
110	Padrão monofásico completo	UND	100
111	Padrão trifásico completo	UND	50
112	Fita isolante 20 mt	UND	500
113	Fita isolante alta tensão 5mt	UND	200
114	Fita isolante alta tensão 10mt	UND	200
115	Mangueira corrugada 1/2	MT	500
116	Mangueira corrugada ¾	MT	3000
117	Mangueira corrugada 32mm	MT	300
118	Resistência de chuveiro Lorenzetti 220w	UND	300
119	Refletor de led 30w	UND	200
120	Refletor de led 50w	UND	200
121	Refletor de led 100w	UND	200
122	Painel de led 12 w (sobrepor)	UND	150
123	Painel de led 18 w (sobrepor)	UND	150
124	Painel de led 24 w (sobrepor)	UND	150
125	Painel de led 12 w (embutir)	UND	150
126	Painel de led 18 W (embutir)	UND	200
127	Painel de led 24 w (embutir)	UND	200
0,00			

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT
1	Base p/relé	UND	1000
2	Conector derivação perfurante 6mm	UND	1000
3	Relé foto elétrico	UND	1000
4	Reator vapor de sódio 70w	UND	200
5	Reator vapor metálico 250w	UND	400

6	Reator vapor metálico 400w	UND	200
7	Lâmpada vapor de sódio 70w	UND	2000
8	Lâmpada vapor metálico 250w	UND	300
9	Lâmpada vapor metálico 400w	UND	300
10	Braço p/luminária pública	UND	500
11	Parafuso máquina 200mm	UND	500
12	Parafuso máquina 250mm	UND	500
13	Luminária pública de led branco frio p/ poste 50w c/ fotocélula	UND	300
14	Luminária pública de led branco frio p/ poste de rua 100w c/ fotocélula	UND	300
15	Luminária pública de led branco frio p/ poste de rua 150w c/ fotocélula	UND	200
16	Luminária pública aberta	UND	500

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT
1	Aduela em madeira, 13cm x 3cm	JOGO	200
2	Alizar de angelim ,05 cm	JOGO	200
3	Alizar de angelim ,07 cm	JOGO	200
4	Compensado de madeira 04mmx2.20x1.10	UND	200
6	Compensado de madeira 10mmx2.20x1.10	UND	200
7	Compensado de madeira 15mmx2.20x1.10	UND	200
8	Madeirite p/construção 10mmx2.20x1.10	UND	200
10	Madeirite p/construção 12mmx2.20x1.10	UND	200
14	Porta de madeira com almofada 2.10x80	UND	100
15	Porta de madeira com almofada 2.10x70	UND	50
18	Porta de madeira de angelim semi-oca 2.10x60	UND	100
19	Porta de madeira de angelim semi-oca 2.10x70	UND	200
20	Porta de madeira de angelim semi-oca 2.10x80	UND	200
21	Porta de madeira de angelim semi-oca 2.10x90	UND	100

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT
1	Cimento CII-E-32 saco 50kg	SC	7000

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT
1	Ancinho com cabo 14 dentes	UND	100
2	Aplicador de silicone	UND	50
3	Alicate rebitor	UND	30
4	Alavanca em aço 1.5 m	UND	100
5	Arco de serra regulável	UND	100
6	Betoneira 400 lts mono 2	UND	5
7	Balde metal 10lt p/concreto	UND	200
8	Balde de plástico 10lt p/concreto	UND	200
9	Bota de borracha	PAR	500

10	Bota de construção bico pvc	PAR	500
11	Bucha nº06 para parafuso	UND.	1000
12	Bucha nº08 para parafuso	UND.	1000
13	Parafuso de Vaso sanitário nº12	UND.	1000
14	Lona Plástica Matalon (preta e branca)	METRO	10000
15	Alicate Universal	UND	100
16	Mecanismo de Caixa Acoplada	UND.	300
17	Parafuso de Vaso sanitário nº10	UND.	1000
18	Bucha nº10 para parafuso	UND.	1500
19	Caixa para massa 12lt	UND	200
20	Cabo p/enxada	UND	400
21	Cabo p/enxadao	UND	200
22	Cabo p/foice	UND	200
23	Cabo p/pá	UND	400
24	Cabo p/picareta	UND	300
25	Câmara de ar, para pneu de carro de mão	UND	200
26	Carro de mão extra forte ,caçamba 65 litros chapa 20	UND	200
27	Carro de mão com caçamba metálica ,45 litros	UND	200
28	Cavador articulado 1.10 m	UND	100
29	Chave de fenda	UND	100
30	Chave Philips	UND	100
31	Colher de pedreiro de canto vivo 8	UND	100
32	Colher de pedreiro de canto vivo 10	UND	100
33	Desempenadeira corrugada 18x30	UND	300
34	Desempenadeira lisa 18x30	UND	200
35	Desempenadeira em aço inox lisa 12x24	UND	200
36	Desempenadeira em aço inox dentada 12x24	UND	200
37	Desempenadeira em aço inox p/gesso 12x29	UND	200
38	Desempenadeira em aço inox p/massa corrida 12x29	UND	200
39	Disco de lixa 4.1/2 24	UND	200
40	Disco de lixa 4.1/2 36	UND	200
41	Disco de lixa 4.1/2 50	UND	200
42	Disco de lixa 4.1/2 60	UND	200
43	Disco de lixa 4.1/2 80	UND	200
44	Disco de lixa 7" 24	UND	300
45	Disco de lixa 7" 36	UND	300
46	Disco de lixa 7" 50	UND	300
47	Disco de lixa 7" 60	UND	300
48	Disco de lixa 7" 80	UND	300
49	Disco de lixa 7" 120	UND	300
50	Esquadro cabo pvc 12	UND	50
51	Enxada 2.5	UND	300
52	Esmerilhadeira angular 4.1/2 700w	UND	5

53	Enxada	UND	100
54	Facão em lâmina de aço 18	UND	100
55	Foice	UND	100
56	Fita zebrada	UND	100
57	Fita métrica 20mt	UND	30
58	Fita métrica 30mt	UND	20
59	Fita métrica 50mt	UND	20
60	Furadeira de impacto 550 w	UND	20
61	Fita métrica 100mt	UND	10
62	Lima com cabo	UND	100
63	Lápis p/carpinteiro	UND	300
64	Lâmina de serra p/arco	UND	100
65	Extensão elétrica 3m	UND	100
66	Extensão elétrica 5m	UND	100
67	Luva de vaqueta mista	PAR	200
68	Luva de raspa cano curto	PAR	100
69	Luva de raspa cano longo	PAR	100
70	Luva de pano pigmentada	PAR	100
71	Luva de látex multiuso P	PAR	100
72	Luva de látex multiuso M	PAR	100
73	Luva de látex multiuso G	PAR	100
74	Máquina de solda inversora 180a micro mma 220w	UND	2
75	Mangueira de nível siliconada	MT	500
76	Mangueira de jardim de ½	MT	10000
77	Mangueira de jardim de ¾	MT	5000
78	Marreta em aço ,com cabo 0.5 kg	UND	50
79	Marreta em aço ,com cabo 1 kg	UND	50
80	Marreta em aço ,com cabo 1.5 kg	UND	50
81	Marreta em aço ,com cabo 2 kg	UND	50
82	Marreta em aço ,com cabo 3 kg	UND	50
83	Martelo de unha 23mm	UND	50
84	Martelo de unha 25mm	UND	50
85	Martelo de borracha p/piso 60mm	UND	50
86	Martelo de borracha p/piso 80mm	UND	50
87	Moto-compressor de ar 2hp	UND	10
88	Óculos de proteção lente escura	UND	300
89	Nível de alumínio 30cm	UND	100
90	Parafusadeira-furadeira a bateria 12 v	UND	10
91	Pá de bico n°4	UND	200
92	Peneira de arroz aro 55	UND	50
93	Peneira de fubá aro 55	UND	50
94	Peneira de feijão aro 55	UND	50
95	Peneira de café aro 55	UND	50
96	Picareta em aço ,modelo alvião	UND	100

97	Pneu para carro de mão , 3.25/8	UND	100
98	Ponteiro ,em aço , 10 polegadas	UND	50
99	Ponteiro em aço , 12 polegadas	UND	50
100	Prumo 500g	UND	50
101	Prumo 700g	UND	50
102	Serra circular 2000 w - 184 mm	UND	10
103	Serra mármore 1500 w	UND	10
104	Serrote lâmina de aço , 20 polegadas	UND	30
105	Régua de alumínio p/pedreiro 2mt	UND	30
106	Régua de alumínio p/pedreiro 3mt	UND	30
107	Torquês de armador 12	UND	50
108	Torquês p/azulejista	UND	50
109	Trena métrica 05mt	UND	50
110	Trena métrica 07mt	UND	50
111	Tesoura para poda	UND	400
112	Talhadeira em aço 10cm	UND	100
113	Vassoura para jardim metálica com cabo	UND	100
114	Vassoura de piaçava com cabo	UND	400
115	Vassourão para gari com cabo	UND	400

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT
1	Tinta verniz, imbuia 900ml	UND	100
2	Bianco 18 l	UND	150
3	Bianco 3,6	UND	100
4	Bianco 900 ml	UND	100
5	Broxa retangular p/pintura	UND	500
6	Cal branco para massa 15 kg	UND	1000
7	Cal branco para pintura 05 kg	UND	5000
8	Corante líquido pigmento para tinta à base de água	UND	2000
9	Extensor para rolo de pintura 2mt	UND	200
10	Extensor para rolo de pintura 3mt	UND	200
11	Fita crepe p/pintura 18x50mm	UND	400
12	Fita crepe p/pintura 24x50mm	UND	200
13	Fita crepe p/pintura 48x50mm	UND	200
14	Fundo galvanizado galão 3,6lt	UND	50
15	Gesso para acabamento 40kg	SC	1000
16	Liquibrilho 18L 1ª linha	UND	300
17	Liquibrilho 3,6 1ª linha	UND	100
18	Lixa ferro 100	UND	200
19	Lixa ferro 120	UND	200
20	Lixa ferro 150	UND	200
21	Lixa ferro 36	UND	200
22	Lixa ferro 50	UND	200
23	Lixa ferro 60	UND	200

24	Lixa ferro 80	UND	200
25	Lixa massa nº100	UND	600
26	Lixa massa nº120	UND	600
27	Lixa massa nº150	UND	600
28	Lixa massa nº180	UND	600
29	Lixa massa nº220	UND	600
30	Lixa massa nº60	UND	600
31	Lixa massa nº80	UND	600
32	Manta asfáltica de alumínio 15 cm	MT	1500
33	Manta asfáltica de alumínio 20 cm	MT	1500
34	Manta asfáltica de alumínio 30 cm	MT	1500
35	Manta impermeabilizante branco 18l	LATA	100
36	Manta impermeabilizante branco 4l	GL	100
37	Manta impermeabilizante preta 18l	LATA	100
38	Manta impermeabilizante preta 4l	GL	100
39	Massa corrida ,tipo pva 15kg	SC	1000
40	Massa corrida tipo acrílica 15kg	SC	500
41	Rebitador manual tipo alicate	UND	20
42	Rolo de pintura em espuma 05cm	UND	100
43	Rolo de pintura em espuma 09cm	UND	100
44	Rolo de pintura em espuma 15cm	UND	100
45	Rolo de pintura em espuma 23cm	UND	200
46	Rolo de pintura em lã 05cm	UND	100
47	Rolo de pintura em lã 09cm	UND	100
48	Rolo de pintura em lã 15cm	UND	100
49	Rolo de pintura em lã 23cm c/cabo	UND	200
50	Selador acrílico 18lt	UND	100
51	Selador acrílico 3.6 lt	UND	100
52	Seladora para madeira 3,6 lt	UND	100
53	Seladora para madeira 900ml	UND	100
54	solvente aguarrás 1 lt	UND	500
55	Solvente thinner 1 lt	UND	1000
56	Tinta 1º linha, para demarcação de piso 18 lt, azul	UND	200
57	Tinta 1º linha, para demarcação de piso 18 lt, branco	UND	200
58	Tinta 1º linha, para demarcação de piso 18 lt, cinza	UND	200
59	Tinta 1º linha, para demarcação de piso 18 lt, verde	UND	200
60	Tinta 1º linha, para demarcação de piso 18 lt vermelho	UND	200
61	Tinta 1º linha, para demarcação de piso 3,6 lt, azul	UND	100
62	Tinta 1º linha, para demarcação de piso 3,6 lt, branco	UND	100
63	Tinta 1º linha, para demarcação de piso 3,6 lt, verde	UND	100
64	Tinta 1º linha, para demarcação de piso 3,6 lt,	UND	100

	cinza		
65	Tinta 1° linha , para demarcação de piso 3,6 lt vermelho	UND	100
66	Tinta acrílica 3,6L	UND	100
67	Tinta acrílica na cor azul oceano 1ª linha 18 lt	UND	200
68	Tinta acrílica na cor branco 18 lt	UND	400
69	Tinta acrílica na cor gelo 18 lt	UND	300
70	Tinta acrílica na cor harmonia 1ª linha 18 lt	UND	300
71	Tinta esmalte sintético na cor branca 'a base de água 3,6 lt	UND	100
72	Tinta esmalte sintético na cor branca galão de 3,6 lt	UND	400
73	Tinta verniz, copal 3,6 lt	UND	200
74	Tinta verniz, copal 900ml	UND	100
75	Tinta verniz, imbuia 3,6 lt	UND	200
76	Tinta verniz, mogno 3,6 lt	UND	200
77	Tinta verniz, mogno 900ml	UND	100
78	Tinta zarcão, galão 3,6lt	UND	100
79	Trincha , ½ polegadas	UND	100
80	Trincha , 1.1/2 polegadas	UND	100
81	Trincha , 2 polegadas	UND	100
82	Trincha , 2.1/2 polegadas	UND	100
83	Trincha , 3 polegadas	UND	100
84	Trincha , 4 polegadas	UND	100
85	Trincha , 5 polegadas	UND	100
87	Veda calha 280g	UND	100
88	Vedacit 18l	UND	50
89	Vedacit 3,6	UND	50
90	Vedacit 900ml	UND	50

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT
1	Areia Fina	M3	1000
2	Areia Grossa	M3	1000
3	Bloco cerâmica 09x19x24	UND	100.000
4	Brita (0)	M3	300
5	Brita (1)	M3	300
6	Tijolo de barro 5.3x9x19	UND	100.000

ITEM	PRODUTO	UNID.	QNTD.
1	Argamassa ACI 20kg	SC	5000
2	Argamassa ACII 20kg	SC	500
3	Argamassa ACIII 20kg	SC	400
4	Argamassa piso sobre piso 20kg	SC	400
5	Canto externo colonial para forro	UND	200

6	Canto interno colonial para forro	UND	400
7	Emenda para forro pvc 6mt	BARRA	150
8	Forro pvc 20x6m	MT	6000
9	Perfil colonial 6mt	BARRA	1000
10	Perfil h para forro 6mt (emenda)	BARRA	200
11	Piso cerâmica revestimento	MT	4000
12	Piso cerâmica	MT	4000
13	Rejunte 1kg	PCT	5000

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT
1	Telha marombada	UND	100.000
2	Copão colonial	UND	10.000
5	Telha colonial salinas 1ª	UND	100.000
6	Telha de fibrocimento 2.44x50 4mm	UND	2000
7	Parafuso telheiro 5/16 x 110mm	UND	5000
8	Prego telheiro (18 x 27)	KG	300
9	Telha de fibrocimento 1.83x1.10 5mm	UND	1500

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT
1	Abraçadeira rosca para mangueira de gás	UND	100
2	Abraçadeira tipo U ½	UND	200
3	Abraçadeira tipo U ¾	UND	200
4	Abraçadeira tipo U 1.1/4	UND	500
5	Abraçadeira tipo U 1.1/2	UND	500
6	Abraçadeira tipo U 3 “	UND	500
7	Abraçadeira tipo U 4”	UND	500
8	Abraçadeira de nylon 200x4,8mm	UND	500
9	Abraçadeira de nylon 200x3,6mm	UND	500
10	Abraçadeira de nylon 200x2,5mm	UND	500
11	Abraçadeira de nylon 3,6x150mm	UND	500
12	Abraçadeira de nylon 4,8x300mm	UND	500
13	Corrente de ferro galvanizada 05mm	KG	100
14	Cadeado 20mm	UND	400
15	Cadeado 25mm	UND	400
16	Cadeado 30mm	UND	400
17	Cadeado 35mm	UND	400
18	Cadeado 40mm	UND	400
19	Cadeado 45mm	UND	400
20	Cadeado 50mm	UND	200
21	Dobradiça galvanizada 3 c/3	CART	200

22	Dobradiça galvanizada 3.1/2 c/3	CART	200
23	Dobradiça flo com anel 3 c/3	CART	200
24	Dobradiça flo com anel 3.1/2 c/3	CART	200
25	Dobradiça flo sem anel 3 c/3	CART	200
26	Dobradiça flo sem anel 3.1/2 c/3	CART	200
27	Fechadura inox externa	UND	600
28	Fechadura inox WC	UND	400
29	Fechadura sobrepor portão	UND	200
30	Fechadura sobrepor portão chave tetra	UND	100
31	Fechadura sobrepor caixão	UND	200
35	Fechadura de porta de correr	UND	100
36	Ferrolho colonial 3"	UND	200
37	Ferrolho colonial 4"	UND	200
38	Ferrolho colonial 6"	UND	200
39	Ferrolho chato 3"	UND	200
40	Ferrolho chato 4"	UND	200
41	Ferrolho chato 5"	UND	200
42	Ferrolho chato 6"	UND	200
43	Ferrolho redondo 3"	UND	200
44	Ferrolho redondo 4"	UND	200
45	Ferrolho redondo 5"	UND	200
46	Ferrolho redondo 6"	UND	200
47	Grampo de cerca polido	KG	100
48	Porta cadeado 2.1/2	UND	100
49	Porta cadeado 4.1/2	UND	100
50	Regulador de gás P	UND	100
51	Regulador de gás M	UND	100
52	Regulador de gás G	UND	100

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT
1	Adaptador p/ válvula de pia	UND	200
2	Pia inox 1.50 x 50 cm	UND	100
3	Pia inox 1.00 x 50 cm	UND	100
4	Pia sintética 1.00 x 50 cm	UND	100
5	Pia sintética 1.20 x 50 cm	UND	100
6	Pia sintética 1.40 x 50 cm	UND	100
7	Tanque p/ lavar roupa 1.00 x 50 cm (2 cubas)	UND	20
8	Tanque p/ lavar roupa 1.26 x 50 cm (2 cubas)	UND	20
9	Tanque p/ lavar roupa 1.40 x 50 cm (2 cubas)	UND	20
10	Engate pvc flexível 30cm ½	UND	300
11	Engate pvc flexível 40cm ½	UND	300

12	Engate pvc flexível 50cm ½	UND	300
13	Engate inox flexível 60cm ½	UND	200
14	Válvula americana inox	UND	500
15	Válvula pvc nº 8	UND	500
16	Sifão sanfonado simples pvc	UND	500
17	Sifão sanfonado duplo pvc	UND	200
18	Sifão sanfonado triplo pvc	UND	100
19	Sifão sanfonado simples cromado	UND	100
20	Torneira de jardim pvc preta ½	UND	200
21	Torneira de cozinha tipo cree pvc ½	UND	100
22	Torneira de cozinha , chuveirinho pvc ½	UND	100
23	Torneira cozinha bica móvel pvc ½	UND	200
24	Torneira lavatório bica móvel pvc ½	UND	200
25	Torneira cozinha bica móvel metal ½	UND	100
26	Torneira lavatório bica móvel metal ½	UND	100
27	Torneira p/lavatório 1195 branca (HERC)	UND	200
28	Torneira para filtro	UND	100

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT
1	Tubo azul 50mm pn 40	BARRA	200
2	Tubo azul 60mm pn 40	BARRA	500
3	Tubo azul 75mm pn 40	BARRA	300
4	Luva azul 50mm	UND	300
5	Luva azul 60mm	UND	300
6	Luva azul 75mm	UND	300
7	Joelho azul 50mm	UND	300
8	Joelho azul 60mm	UND	300
9	Joelho azul 75mm	UND	300
10	Tê azul 50mm	UND	300
11	Tê azul 60mm	UND	300
12	Tê azul 75mm	UND	300
13	Registro esfera pvc azul 50mm	UND	300
14	Registro esfera pvc azul 60mm	UND	300
15	Registro esfera pvc azul 75mm	UND	300
16	Mangueira preta (para irrigação de plástico polietileno 1 polegada (rolo100 metros)	ROLO	100
17	Mangueira preta (para irrigação de plástico polietileno 50mm (rolo100 metros)	ROLO	100
18	Mangueira preta (para irrigação de plástico polietileno 3/4 (rolo100 metros)	ROLO	100
19	Mangueira preta (para irrigação de plástico polietileno 1/2 (rolo100 metros)	ROLO	100

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT
1	Acabamento de calçada 80x25x8	UND	500
2	Guia de meio fio de concreto padrão 80x30x10	UND	1000
3	Piso rústico para calçada 45x45	MT	400
4	Piso rústico para calçada 49x49	MT	400
5	Bloco de cimento p/ alicerce 19x19x39	UND	10000
6	Bloco de cimento estrutural 14x19x39	UND	10000
7	Bloco de cimento parede 09x19x39	UND	10000
8	Bloquete calçamento intertravado 16 lados	MT	3000
9	Bloquete calçamento tipo tijolinho	MT	1000
10	Bloquete calçamento sextavado	MT	3000
11	Canaleta cimento p/ alicerce 19x19x39	UND	2000
12	Canaleta cimento 14X19X39	UND	2000
13	Canaleta cimento p/ travamento 09x19x39	UND	2000
14	Laje Pré-moldada (isopor)	M²	1000
15	Comogol de concreto vazado p/ dividir ambientes 40x40x07	UND	2000
16	Comogol de concreto vazado p/ dividir ambientes 30x30x07	UND	1000

1.4. PRAZO DO CONTRATO:

1.4.1. O contrato resultante do presente certame terá validade até 31/12/2025. A ata de registro de preços que dele resultar terá prazo máximo de vigência de 12 (doze) meses.

1.4.2. O prazo de vigência do contrato será automaticamente prorrogado, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, que estarão previstas no instrumento contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

A presente fundamentação tem como objetivo justificar a necessidade da contratação de empresa para o fornecimento de materiais de construção, a fim de atender às demandas das Secretarias Municipais. A contratação será realizada conforme os dispositivos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública.

As Secretarias Municipais necessitam regularmente de materiais de construção para a execução de obras e manutenções de prédios públicos, praças, unidades de saúde, escolas e outras instalações. A aquisição desses materiais visa garantir a prestação adequada dos serviços públicos, assegurando qualidade e segurança nas estruturas municipais.

A contratação seguirá os dispositivos da Lei 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública. Os principais dispositivos aplicáveis incluem:

Artigo 11: Prevê que a contratação de bens e serviços deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público.

Artigo 14: Determina que as contratações devem ser precedidas de planejamento, com justificativa da necessidade e previsão de recursos orçamentários.

Artigo 28: Estabelece as modalidades de licitação aplicáveis, sendo que para a aquisição de materiais de construção poderá ser adotado o pregão eletrônico, concorrência ou outra modalidade pertinente, conforme o valor e as condições do certame.

Artigo 75: Prevê a possibilidade de contratação direta, quando aplicável, nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, desde que observadas as condições legais.

Diante do exposto, a contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção é essencial para atender às necessidades das Secretarias Municipais e garantir a manutenção da infraestrutura pública. O processo seguirá os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei 14.133/2021, assegurando a legalidade, eficiência e vantajosidade da contratação para a Administração Pública.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A aquisição de materiais de construção visa proporcionar uma solução ampla e eficiente para atender às necessidades das Secretarias Municipais. A solução abrange todo o ciclo de vida do material, desde sua aquisição até seu descarte adequado, promovendo uma gestão eficiente dos recursos:

- **Planejamento e Aquisição:** Identificação da demanda por materiais, elaboração do termo de referência e escolha da modalidade licitatória mais adequada para garantir qualidade e eficiência na compra.
- **Logística e Distribuição:** Recebimento, armazenamento e distribuição dos materiais conforme cronograma das obras municipais.
- **Utilização:** Emprego adequado dos materiais nas obras e manutenções, seguindo padrões técnicos e normativos.
- **Manutenção e Sustentabilidade:** Verificação periódica da qualidade dos materiais e adoção de

medidas sustentáveis para redução de desperdícios e impacto ambiental.

- Descarte e Reutilização: Destinação adequada dos resíduos e reaproveitamento de materiais, sempre que possível, conforme diretrizes ambientais.

Os principais benefícios dessa solução incluem:

- Melhoria na Infraestrutura Pública: A utilização de materiais de qualidade garante a durabilidade e segurança das obras municipais.
- Eficiência e Racionalização dos Recursos: Redução de desperdícios e melhor aproveitamento dos materiais adquiridos.
- Sustentabilidade: Implementação de práticas sustentáveis na aquisição, uso e descarte dos materiais, minimizando impactos ambientais.
- Atendimento Contínuo às Demandas: Garante suprimentos constantes para manutenção e obras emergenciais.
- Transparência e Competitividade: Processo licitatório adequado assegura ampla concorrência e escolha da melhor proposta para o município.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** se dá mediante a juntada de documentação que demonstre a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, consistindo em:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- d) Em caso de cooperativas: Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova dos responsáveis legais; Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver; Ata de Fundação; Estatuto Social com a ata da assembleia que o aprovou; Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou; e Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
- e) Documentos pessoais dos sócios.

4.1.1. Se o poder de representação do signatário da proposta não decorrer de previsão expressa do próprio ato constitutivo, é necessária a juntada de procuração, pública ou particular, com expressa previsão de poderes especiais para a prática dos atos extras administrativos necessários para a contratação com ente público.

4.2. A **HABILITAÇÃO TÉCNICA** se dá mediante atestados que demonstrem, quanto às parcelas do objeto desta licitação de maior relevância, uma capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, através da apresentação de:

a) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do licitante, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter o licitante fornecido o serviço, em condições pertinentes e compatíveis ao objeto da Licitação. O atestado deverá conter pelo menos: prazo contratual com data de início e término, local da prestação dos serviços; natureza da prestação dos serviços; identificação da pessoa jurídica emitente.

4.3. As **HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) Prova de inscrição do licitante no Cadastro Nacional de pessoa jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame;
- c) Alvará de Funcionamento expedido pela Prefeitura da sede da Licitante;
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN no 1.751, de 02/10/2014.
- e) Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, ambas do domicílio ou sede do licitante.
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, conforme exigência da Lei nº. 12.440, de 7 de Julho de 2011.

4.4. A **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** será restrita à apresentação de:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. O Balanço e demonstrações contábeis deverão ser acompanhado da Certidão de Regularidade Profissional, no prazo de validade.

b) As licitantes que iniciaram suas atividades no presente exercício deverão apresentar, também o Balanço de Abertura, na forma da Lei.

c) A comprovação de boa situação financeira será aferida pela observância, dos índices apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, em papel timbrado da licitante, devidamente assinado pelo Contador ou Contabilista, com firma reconhecida, acompanhado da Certidão de Regularidade Profissional, no prazo de validade. É obrigatório também a assinatura, com firma reconhecida, do Representante Legal da Entidade. Se necessária a atualização do balanço, deverá ser apresentado juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

ILG - Índice de Liquidez Geral, calculado segundo a relação:

AC + RLP

$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} \geq 1,00$ (maior igual a um virgula zero)

PC + ELP

ILC - Índice de Liquidez Corrente, calculado segundo a relação:

AC

$ILC = \frac{AC}{PC} \geq 1,00$ (maior igual a um virgula zero)

PC

GEG – Grau de Endividamento, calculado segundo a relação:

PC + ELP

$GEG = \frac{PC + ELP}{AT} \leq 1,00$ (menor igual a um virgula zero)

AT

LEGENDA	
ILG = Índice de liquidez Geral	RLP = Realizável em Longo
ILC = Índice de liquidez	ELP = Exigível em Longo Prazo
GEG = Grau de Endividamento	PC = Passivo Circulante
AT = Ativo Total	

d) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

e) A licitante enquadrada como microempresa e empresa de pequeno porte, que tiver seu regime de tributação pelo Simples Nacional, deverá apresentar, em substituição ao Balanço, os 3 últimos extratos do Simples Nacional.

4.5. DECLARAÇÕES:

a) Declaração de que cumpre o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

b) Declaração de Inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração;

c) Declaração de Não Parentesco: que não existe em seu quadro de empregados servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 14, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021;

d) Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, dando ciência que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

e) Declaração de concordância e aceitação das condições gerais;

- g) Declaração de Microempresa e ou Empresa de Pequeno Porte.
- h) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- i) Declaração de que sua proposta econômica abrange todos os custos necessários ao fornecimento dos itens licitados.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O contrato para fornecimento de materiais de construção seguirá um modelo de execução que garanta a eficiência na entrega dos produtos e o alcance dos resultados pretendidos.

- a) **Início da Execução:** Após a assinatura do contrato, a empresa fornecedora deverá disponibilizar um cronograma de fornecimento e garantir que os materiais estejam prontos para entrega conforme a necessidade das Secretarias Municipais.
- b) **Gestão e Monitoramento:** A Administração Pública monitorará o fornecimento dos materiais, verificando a qualidade, prazos de entrega e conformidade com as especificações do contrato.
- c) **Entrega Parcial e Contínua:** O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme as necessidades das Secretarias, garantindo o abastecimento adequado sem desperdícios ou falta de insumos.
- d) **Avaliação da Qualidade:** Todos os materiais serão submetidos a inspeção para assegurar que atendam aos padrões exigidos no edital e na legislação vigente.
- e) **Correção de Irregularidades:** Em caso de inconformidades na entrega, a empresa fornecedora será notificada e deverá providenciar a substituição dos materiais em prazo determinado.
- f) **Encerramento e Avaliação Final:** No término do contrato, será realizada uma avaliação final do fornecimento, verificando-se o cumprimento integral das obrigações contratuais.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.1.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.1.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.1.2.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.1.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.1.3. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

6.1.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.1.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.1.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.1.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.1.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.1.9.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

7.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

7.2. Para pagamento, a empresa deverá apresentar ao Setor de Finanças, a nota fiscal e/ou fatura dos serviços prestados de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de Buerarema/BA, e conter o número do empenho correspondente.

7.3. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

7.4. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

7.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

7.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

7.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

7.10. O CNPJ da Contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

7.11. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica.

8.2. O critério de julgamento será o de menor preço por lote.

8.3. As empresas deverão apresentar suas propostas conforme os critérios definidos no edital, incluindo documentação comprobatória de capacidade técnica e regularidade fiscal.

8.4. Em caso de empate entre propostas, serão utilizados os critérios previstos na legislação, como preferência para empresas que investem em sustentabilidade e responsabilidade social.

8.5. Não será exigida garantia de execução contratual.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor total estimado da contratação será de R\$ 9.169.828,32 (nove milhões cento e sessenta e nove mil oitocentos e vinte e oito reais e trinta e dois centavos)

9.2. Os preços unitários referenciais e a memória de cálculos para obtenção do preço referencial, encontram-se anexos a este termo de referência.

9.3. Os preços foram obtidos através de consulta direta a fornecedores.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município para o exercício de 2025, nas Secretarias Municipais, a ser indicada quando da assinatura do contrato, por se tratar de uma contratação pelo Sistema de Registro de Preços – SRP.

Hélio Fortunato Pereira
Secretário de Administração

Jouanna Mourena Santos Lima
Secretária de Saúde

Leide Cleia Lopes Ferraz de Oliveira
Secretária de Desenvolvimento Social

ANEXO II – MODELO CARTA PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025 – SRP

PARA O AGENTE DE CONTRAÇÃO e EQUIPE DE APOIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO SALES – BA

Prezados Senhores,

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

R\$ ++++++ (Valor total por extenso):

Validade da Proposta: 60 (SESSENTA) DIAS.

Declaração que no preço proposto estão inclusos todos os impostos, taxas, tributos, incidentes sobre o objeto bem como pagamento dos profissionais envolvidos e demais despesas referentes a execução do objeto.

As condições de pagamento e prazo de execução são as constantes no edital.

_____, _____ de _____ de 2025

NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

O **MUNICÍPIO DE CÂNDIDO SALES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 13.857.123/0001-95, com sede junto à Prefeitura Municipal, localizada na Praça Moisés Félix dos Santos, 274, Centro, Cândido Sales/BA, representado neste ato pelo seu representante o Prefeito Municipal, Sr. Maurílio Lemos das Virgens, portador da Cédula de identidade nº 1013258436, emitida pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF nº 037.492.985-80, residente e domiciliado em Cândido Sales/BA na Rua Rio Branco, nº 359, Bairro Centro, CEP: 45.157-000, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e figura neste ato como coparticipantes e figura neste ato como coparticipante o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CÂNDIDO SALES**, inscrito no CNPJ nº 12.244.652/0001-50, localizado na cidade de Cândido Sales/BA, na Rua Joana Angélica, nº 126, Casa, Usina, CEP: 45.157-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, designada pelo decreto nº 011/2025, Jouanna Mourena Santos Lima, portadora da Cédula de identidade nº 07.922.829-14, emitida pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF sob o nº 829.843.445-53, residente e domiciliada em Cândido Sales/BA, na Rua Carnaúba, nº 14, Bairro Primavera, CEP: 45.157-000; o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ nº 14.781.811/0001, localizado na Avenida Rio Branco, nº 320, Centro, CEP: 45.157-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, designada pelo decreto nº 004/2025, Leide Cleia Lopes Ferraz de Oliveira, portadora da Cédula de Identidade nº 0885285298, emitida pela SSP/BA, e inscrita no CPF/MF sob o nº 031.128.645-30, residente e domiciliada em Cândido Sales/BA, na Avenida Rio Branco, nº 359, Centro, CEP: 45157-000, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2025 – SRP, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quant. Máxima	Quant. Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal não poderão realizar adesão desta ata.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de prestação de serviço nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o licitante será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas